

Interferência:

Situando os interesses: o entorno do Parque Nacional do Iguaçu

Paulo José Koling¹

A pesquisa realizada pelo professor Edson dos Santos Dias, que resultou na tese de doutoramento, intitulada *Desenvolvimento Regional e Conservação Ambiental: a “Estrada do Colono” como via de (des)integração do Oeste-Sudoeste paranaense*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Campus de Presidente Prudente, em 2006, vem recolocar a problemática do litígio numa perspectiva que supera o dualismo “contra” ou “a favor” ao fechamento ou abertura da Estrada do Colono que corta/cortava o Parque Nacional do Iguaçu (PNI). Para quem vive próximo a esta realidade, seja na região Sudoeste ou na Oeste, este convite é, por assim dizer, mais chamativo e tendencioso a uma posição favorável à reabertura da estrada. Entretanto, pelo estudo apresentado na tese e discutido neste *II Ciclo de Conferências e Interferências*, promovido pelo CEPEDAL, é possível evitar esta cisão dualista, preliminar, e compreender as contradições e os desdobramentos do processo.

Partindo das análises apresentadas pelo Prof. Edson Dias, situaria a discussão em alguns pontos relacionados à produção da memória que o movimento pró-reabertura da *Estrada do Colono*, coordenado pela Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono (AIPOPEC), elaborou para fundamentar e legitimar sua luta no campo jurídico e da mobilização social, e às contradições que existem no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, em particular, no espaço econômico-social da zona de amortecimento, correspondente, conforme a legislação ambiental, a uma faixa de 10 km circunvizinha ao parque, que tem a finalidade de proteger a biodiversidade ecológica interna das áreas de preservação ou conservação ambiental.

Quanto à produção da memória, chama atenção o fato do movimento favorável à reabertura da Estrada do Colono reconstruir uma origem fundante da estrada e uma visão romântica do passado destruído. Com relação ao primeiro aspecto, buscou-se na Coluna Prestes, que percorreu o Sudoeste e o Oeste do Paraná, cruzando a área que formaria o PNI, em 1925, o marco originário da Estrada do Colono². Efetivamente, entre os anos de 1924 e 1925, a Coluna Prestes, de caráter tenentista e comunista, não somente passou e esteve nestes rincões paranaenses, mas, inclusive, agiu e interferiu na sociedade local e propunha uma mudança ao país. Todavia, entre a Coluna Prestes e os defensores da reabertura da Estrada do Colono não há aproximações nem continuidade, a não ser o interesse de produzir uma memória legitimadora de um pretense passado comum, ou melhor, a invenção de uma tradição,³ que, por mera sucessão de fatos históricos, ocorridos em tempos distintos, porém numa mesma região, uniria, por si só, os movimentos: a Coluna Prestes (comunistas e tenentes radicais) – entre 1924-1925⁴, a migração de colonos sulistas – entre os anos de 1940-1960, e a AIPOPEC (1986-2005). Neste caso, a indicação do *ato de batismo* tem a função e a força de legitimar o presente, independentemente da sua historicidade.

Também não podemos deixar de considerar que a fundação da AIPOPEC, em 1986, foi motivada pelo primeiro fechamento da Estrada do Colono e a entidade tinha o papel de organizar, representar e mobilizar os setores e grupos sociais pró-reabertura, com inserção, principalmente, nos municípios de Medianeira, Serranópolis do Iguaçu e Capanema. Neste sentido, o movimento pró-reabertura produziu uma visão romântica do passado, marcando o segundo ato – a interdição por ordem judicial –, o conflito litigioso e seus oponentes (IBAMA e “ecos-chatos”), com o estigma da destruição do paraíso⁵. Neste sentido, a retomada de um passado anterior ao fechamento, da migração dos colonos e da integração econômico-social das regiões Sudoeste e Oeste paranaenses, dariam continuidade ao ideário

¹ Doutor em História pela PUC-RS. Professor no Curso de História e no Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: pjking@unioeste.br.

² DIAS, Edson. *Desenvolvimento Regional e Conservação Ambiental: a “Estrada do Colono” como via de (des)integração do Oeste-Sudoeste paranaense*. Prudente: UNESP – Campus de Presidente Prudente, 2006. (Tese de Doutorado em Geografia), p. 25-28.

³ HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

⁴ Em seu livro *Estrada do Colono: a luta de um povo* (9. ed. Francisco Beltrão: Francisco Beltrão Gráfica, 1999, 1ª edição em 1997), Luciano Dallo incluiu uma foto de Luiz Carlos Prestes, na página 93, e na página seguinte reproduziu o mapa do percurso da Coluna, que cruzou o PNI, publicado pela revista *Manchete* (20/01/1996). Sobre esta relação, Edson Dias apresentou uma excelente argumentação, questionando a falta de evidência para comprovar o efetivo trajeto percorrido pela Coluna Prestes entre Barracão e Medianeira. Certamente que a Estrada do Colono se tornou um anseio popular nas duas regiões em questão. Entretanto, há que se diferenciar a produção de memória sobre o passado que também se transforma em anseio (valor e identidade) no presente. O engajamento de Luciano Dallo com a causa do caminho/estrada do colono (através da obra anteriormente citada e de *Caminho do Colono: vida e progresso* (3. ed., Francisco Beltrão: Francisco Beltrão Gráfica, 1998, 1ª edição em 1997) também lhe rendeu publicidade e recursos, haja vista a comercialização das obras e realização de palestras.

⁵ A linguagem, narrativa trágica, do paraíso destruído, enquanto produção de uma memória, é muito forte e encontra receptividade entre vários grupos sociais. Produz con-

II Ciclo

de progresso e de desenvolvimento que os colonizadores sulistas tinham produzido nestas regiões durante o período de 1950 a 1980, bem como da interligação econômico-comercial e os vínculos sócio-culturais entre a população dos dois lados do parque e das regiões.

Ao considerar a tragédia que o fechamento da *Estrada do Colono* – denominação que atribui sentido àquela colonização – produziu para a continuidade daquele processo, idealiza-se o passado em contraposição ao presente. Na realidade, a partir desta visão romântica o presente é estigmatizado e grande parte dos problemas existentes foi justificada pelo ato trágico e violento (aplicado por força da lei), cujos protagonistas (IBAMA, Estado e ecos-chatos) estão distantes do local, fechados em seus escritórios. Permanecendo esta visão romântica do passado, os problemas vividos pelos colonos que residem mais próximo ao parque não são analisados a partir das suas origens. Por exemplo. Os problemas dos preços e da comercialização dos produtos agrícolas não são vistos com base na política agrícola e agrária nacional e estadual, mas, fundamentalmente, pelo aumento da distância que passou e existir entre Capanema e Medianeira, ou Serranópolis do Iguçu, ou Foz do Iguçu e também o Paraguai. Tal mudança efetivamente existiu e representou perdas para muitas pessoas. Entretanto, é oportuno *situar socialmente os interesses* para evitar produzir mais do mesmo, progresso e desenvolvimento às custas da degradação ambiental, como observou Carlos W. Porto-Gonçalves⁶.

Para o momento não é possível aprofundar a vasta relação dos elementos e interesses envolvidos no desdobramento judicial do processo que resultou no fechamento da estrada em 1986, bem como dos desdobramentos ocorridos no período seguinte. Na realidade, Edson Dias tratou da grande parte destes assuntos em sua pesquisa e localizou os principais sujeitos históricos e suas posições.

Há quem contextualize que o fechamento da Estrada do Colono, decorrente da ordem judicial, estava relacionado com o interesse do governo brasileiro de compensar os prejuízos sócio-ambientais produzidos no Oeste do Paraná com a construção de hidrelétrica da Itaipu Binacional⁷, para melhorar a imagem do país diante de organismos e instituições oficiais e ambientalistas nacionais e internacionais. Obviamente que não dá para esquecer que durante as décadas anteriores ao fato da interdição da estrada, o regime militar impunha a ordem, o controle social e ideológico⁸ e executava, arbitrariamente, vários mega projetos (Transamazônica, ponte Rio-Niterói, Itaipu, Angras, etc.), não faltando atos de corrupção e desvio de dinheiro público.

Considerando as implicações que o fechamento da *Estrada do Colono* provocaria nas áreas mais próximas e o caráter ambientalista do projeto do PNI, seria correto pensar, minimamente, numa política de subsídio (royalties ecológico, linha de crédito, etc.) e num projeto agro-ecológico para o entorno do parque. Todavia, como Edson Dias analisou, entre os dois grandes lados da questão (pró-reabertura e pró-fechamento) houve avaliações e atos que pesaram desfavoravelmente na balança, seja no campo jurídico como *in loco*.

Se inicialmente a AIPOPEC pode ser considerada como um dos grandes lados deste litígio, no caso, aos favoráveis à reabertura da *Estrada do Colono*, efetivamente, regionalmente e localmente, o movimento possuía esta identidade. Contudo, entre os setores que se reúnem em torno da Associação havia muitas diferenças. Neste sentido, fica claro que, ao ser dirigida por representantes dos poderes públicos municipais e/ou regionais do Oeste e Sudoeste (executivo/prefeitos e legislativo/vereadores) e de entidades empresariais (associações comerciais), fica evidente o perfil central do projeto e dos interessados. Se, por um lado, estes representantes públicos e de entidades de classe eram porta-vozes dos seus eleitores, dos associados e dos cidadãos dos municípios, o que dava ao movimento uma base popular – afinal, em vários momentos a população local foi mobilizada nos atos de reabertura, de manutenção da estrada aberta à margem da lei e mesmo em enfrentamentos com a Polícia Federal –, por outro, esta representação indicava o caráter eminentemente empresarial e comercialista, ou seja, os maiores interessados e os interesses maiores que estavam em jogo diziam

senso entre a população mais próxima e atingida pelo fechamento da estrada, independentemente das diferenças sociais e dos interesses. Frey Bartolomé de Las Casas (1985) produziu uma visão trágica do que foi a conquista espanhola da América, retratando-a como a destruição do paraíso. A visão lascasiana marcou a historiografia e ainda pode ser vista em livros que tratam do ensino da História (cf. FREITAS NETO, José Alves. *Bartolomé de las Casas. A narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana*. São Paulo: Annablume, 2003). Todavia, muito do que se tem escrito e falado sobre a principal obra relacionada ao assunto, “Brevíssima Relação da Destruição das Índias” (Porto Alegre: L&PM, 1985), falha ao tratá-la fora do contexto histórico e dos propósitos que o autor lhe conferiu (conteúdo, retórica, destinatário e litígio).

⁶ PORTO-GONÇALVES, Carlos Wagner. *A Globalização de Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁷ Além do movimento dos atingidos por barragens (Terra e Liberdade, Mastro), outra problemática que envolveu a construção da Itaipu foi a perda do território dos Avá-Guarani, principalmente na área do Ocoy, localizada no município de São Miguel do Iguçu. A resistência indígena também colocou na pauta a área do PNI que é território (tekoa) Guarani Nandeva.

⁸ Em entrevista prestada à revista *Oeste*, em 1992, o jornalista Aluísio Palmar, ex-membro militante da Dissidência de Niterói (facção do PCB) e do MR-8, informou que entre 1968 e 1969 a DN estava organizando uma célula guerrilheira no Parque Nacional do Iguçu. PALMAR, Aluísio. “Memórias da Guerrilha no Oeste” /Entrevista com Aluísio Palmar/. *OESTE* Revista Mensal de Informação., Cascavel fevereiro de 1992, n. 69, p. 8-13.

respeito às perdas ou ganhos comerciais que a Estrada do Colono, fechada ou aberta, produziria para estes setores. Mesmo que o movimento da AIPOPEC incorporou elementos ecológicos ao projeto (“eco-turismo” e “estrada-parque”), os negócios estavam em primeiro lugar, principalmente com o trânsito de turistas sulistas e de “sacoleiros” que poderiam ir para as Cataratas do Iguazu, à Itaipu Binacional e ao Paraguai. Cabe destacar que Foz do Iguazu é o segundo pólo turístico do país e os empresários locais tinham interesse em utilizar a Estrada do Colono como fonte de atração para turistas.

Esta característica da AIPOPEC não pode ser desconsiderada, pois, a partir dela é possível analisar o próprio limite do movimento. O grau de insubordinação daquelas entidades da sociedade civil e política, que forjavam as fronteiras da legalidade, resguardava a ação e a reação de ambos os campos. Quando a Estrada do Colono foi ocupada ou reaberta em 1997, 1998 e 2001 foram utilizadas máquinas de prefeituras para fazer o traçado da estrada dentro do parque, entretanto, nenhum prefeito ou secretário municipal foi responsabilizado por tal ato ilegal (uso de máquinas fora do município e em área pública federal). Semelhantemente a isto, em 2003, como enfocou Edson Dias, diante das possibilidades de ocorrer um tensionamento maior, durante os preparativos da operação de fechamento da estrada, a Polícia Federal agiu preventivamente sobre as principais lideranças políticas e estas recuaram na mobilização da massa para evitar uma tragédia no confronto violento. Esta posição das lideranças públicas não resultou da mera persuasão da Polícia Federal, mas também pelo fato de saberem até onde podiam e/ou queriam ir com aquela pauta de pressão: forçar uma situação com a produção de um fato (ocupação) e sua projeção na mídia para ganhar campo numa negociação que seria sacramentada num novo acordo jurídico favorável à AIPOPEC.

No entanto, para uma reflexão mais significativa sobre os limites da proposta da AIPOPEC, mesmo entre o período de 1997 a 2003 quando adotou uma ação mais incisiva, não se tem notícias de um processo de criminalização do movimento nem das principais lideranças. A condição de autoridade pública, principalmente dos prefeitos de Capanema, Serranópolis do Iguazu e Medianeira, dava-lhes certo grau de salvo-conduto. Com a eleição do presidente Lula (PT) e o início do governo, em 2003, as principais lideranças petistas⁹ do movimento pró-reabertura (prefeitos de Medianeira, Luiz Suzuke – 1996/2004, e de Serranópolis do Iguazu, Nilvo Perlin – 1996/2004; o deputado federal Irineu Colombo – 1998/2006; o deputado estadual Elton Welter – 2002/2010, e lideranças petistas do Oeste e Sudoeste do PR), sentiram-se fortalecidos para forjar um desfecho, porém não obtiveram o resultado pretendido. Após os desfechos em 2003, estas lideranças passaram a agir restritamente no campo judicial. O próprio movimento petista foi enfraquecido nas eleições municipais de 2004, em Medianeira e Capanema, e também em 2006, com a não reeleição de Colombo¹⁰.

Outra grande fragilidade do movimento da AIPOPEC provinha da realidade geográfica do limite do PNI no seu lado Sul. Entre o município de Capanema e o parque havia e há o Rio Iguazu, com seus cerca de 650 metros de largura (cf. Imagem 1). Em 2003, com o afundamento da balsa “ilegal” da empresa *F. Andreis*, de Guairá/PR, utilizada na travessia do rio durante os períodos de reabertura, e o controle que a Polícia Federal passou a fazer sobre o assunto fragilizou a Associação. Além disto, afora os novos rumos tomados a partir das eleições municipais de 2004, que alterou a direção geral da entidade, como situou Edson Dias, o movimento tomou novos rumos.



IMAGEM 1: Limite entre o PNI e o município de Capanema.

FONTE: Google Earth – 2006.

⁹ A tendência “Estrela da Gente”, agrupamento paranaense próximo da tendência nacional “Democracia Radical”, tem sua principal base nas regiões Oeste e Sudoeste.

¹⁰ Edson Dias (2006) também analisa a participação do deputado federal Werner Wanderer (PFL), de Marechal Cândido Rondon/PR, outra liderança política ligada ao movimento pela reabertura da Estrada do Colono, que não se reelegeu nas eleições de 2002. Os tensionamentos ocorridos em 2001, com a ação da Polícia Federal, tiveram repercussões na relação do parlamentar com sua “base eleitoral”, com o PFL e o governo FHC, uma vez que o então Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, era peefelista.

II Ciclo

Uma das últimas cenas que envolveram o PNI e seu entorno (área de amortecimento) e representações da sociedade civil e política local (algumas da quais participaram no movimento pró-reabertura da Estrada do Colono) também diz respeito à questão ecológica, porém, neste caso, aglutinadas, de um lado, em torno da Via Campesina/MST, o IBAMA e o governo do Paraná, e, de outro, a empresa *Syngenta Seeds*, os ruralistas e o agronegócio. O foco do enfrentamento foi o plantio de milho transgênico na área experimental da Syngenta, que fica dentro da zona de amortecimento do PNI. No dia 14 de março de 2006, famílias do MST/Via Campesina ocuparam a sede da terceira maior empresa mundial fabricante de defensivos agrícolas e de organismos geneticamente modificados, localizada no município de Santa Tereza do Oeste/PR¹¹. A propriedade da *Syngenta* (127 ha.) fica a aproximadamente 3,3 km do PNI e o experimento com transgênico não respeitava o limite de segurança da biodiversidade e da biosegurança, estabelecidos pela CTNBios (legislação federal) do país.

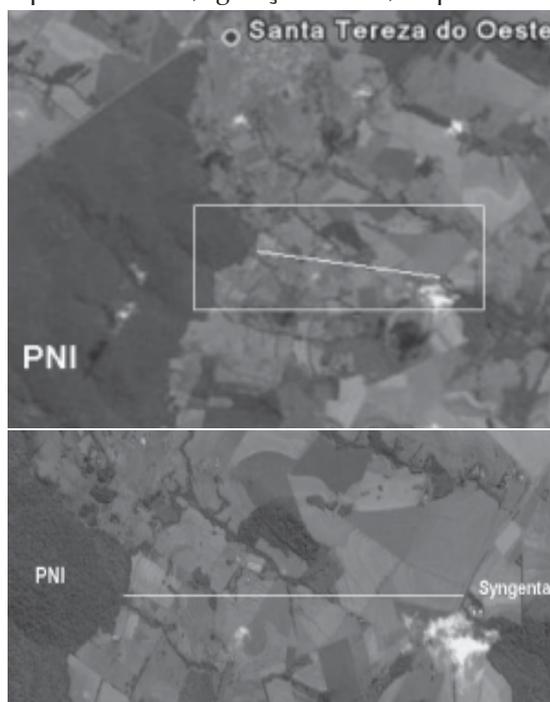


IMAGEM 2: PNI e Syngenta
FONTE: Google Earth – 2006.

Uma das estratégias da reação da *Syngenta*, que contou com o apoio dos ruralistas e do agronegócio foi a de fomentar os agricultores que residem no entorno do PNI, que já plantavam “ilegalmente” transgênico, para que recorressem na Justiça para garantir o plantio dos grãos geneticamente modificados em suas propriedades. Através dos Sindicatos Rurais o agronegócio pró-transgênico (e a *Syngenta*) chegou a patrocinar a organização de uma entidade representativa dos agricultores, realizando reuniões e disponibilizando assessoria jurídica ao novo movimento. Obviamente que autoridades e entidades empresariais do entorno do PNI são favoráveis à causa dos transgênicos, bem como muitos agricultores, pequenos proprietários rurais, interessados nos ganhos comerciais imediatos.

O desafio ecológico, como expôs Porto-Gonçalves,¹² coloca em questão o próprio padrão de desenvolvimento, a lógica da técnica (tecnologia) e a relação sociedade–natureza. As reflexões sobre a Estrada do Colono e o uso comercial dos transgênicos na agricultura têm importância para a ampliação da visão ecológica do mundo e para a construção de uma nova prática social, entre as pessoas e na relação sociedade–natureza.

¹¹ Para maiores informações sobre este fato, bem como a mobilização da Via Campesina e do MST, cf. *Jornada de Agroecologia – 2006*. In: <http://www.jornadadeagroecologia.com.br/>

¹² PORTO-GONÇALVES, op. cit.